



Alvoar Lácteos S.A. CNPJ nº 21.992.946/0001-51					DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2022 E PERÍODO DE 1 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 PARA CONSOLIDADO (Em milhares de reais – R\$)					NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)				
BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAL E CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais – R\$)														
					Controladora		Conso-							
					2022		2021		2022					
					2.626.491		2.060.396		4.608.342					

de continuidade. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Administração da Companhia e de sua controlada aprovou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de maio de 2023. **2.2. Bases de consolidação e investimento em subsidiária** - Conforme descrito no contexto operacional (nota 1.1), a Alvoar Nordeste S.A. ("Betânia"), passou a ser uma subsidiária integral da Companhia em 28 de janeiro de 2022. Sendo assim, estão sendo apresentados saldos consolidados para o período entre 1 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controlada direta Alvoar Látexes Nordeste S.A. a partir de 28 de janeiro de 2022. O controle é obtido quando a Companhia e sua controlada estiverem expostas ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulte em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia e sua controlada tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia e sua controlada considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia e sua controlada avaliam se exercem controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupos, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, são eliminados por completo. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada. A baixa é efetuada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia e suas controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial. Investimentos - a) Investimento em coligadas - Os investimentos da Companhia e de sua controlada são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial. O ágio relacionado às coligadas é incluído no valor contábil do investimento e não é amortizado. Já que o ágio é fundamentado em rentabilidade futura (goodwill), o valor contábil do investimento nas coligadas é integrado e não é reconhecido separadamente; portanto, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das investidas. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados de acordo com a participação mantida nas coligadas quando for aplicável. A participação societária nas coligadas é demonstrada na Nota 13. As demonstrações financeiras das coligadas são elaboradas no mesmo exercício de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Companhia e suas controladas determinam se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas coligadas. Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia e sua controlada determinam se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia e suas controladas calculam o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. **2.3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como de receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para perdas esperadas em contas a receber de clientes (nota 7); (ii) provisão para obsolescência do estoque (nota 9); (iii) definição da vida útil e do valor residual dos bens de imobilização (nota 15); (iv) mensuração do arrendamento (nota 14); (v) contabilização do imposto de renda e contribuição social (nota 29); (vi) contabilização de provisões para riscos (nota 22); e (vii) avaliação do valor justo de instrumentos financeiros (nota 5.1). A Companhia revisa suas estimativas e premissas sempre que necessário, de modo a refletir alterações que venham a ocorrer durante o período, dentro de seu período de competência. **2.4. Moeda funcional e de apresentação** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Os valores foram arredondados para o milhar mais próximo em todas as informações financeiras apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma. Transações e saldos - As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas. **2.5. Classificação corrente versus não corrente** - A Companhia e sua controlada apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia e sua controlada classificam todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.6. Mensuração do valor justo** - A Companhia e sua controlada mensuram instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) ao valor justo em cada data de reporte. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e sua controlada. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia e sua controlada utilizam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e sua controlada determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. A Companhia e sua controlada determinam as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo e ativos financeiros não cotados. Em cada data de reporte, a Companhia e sua controlada analisam as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia e de suas controladas. Para fins dessa análise, a Companhia e sua controlada confirmam as principais informações utilizadas na última avaliação confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes. A Companhia e sua controlada, em conjunto com os avaliadores externos, também comparam cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e sua controlada determinarão classes de ativos e passivos com base na natureza, nas características e nos riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme explicado acima. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas explicativas. **3. Resumo das principais práticas contábeis** - As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados para a Companhia e sua controlada. **3.1. Receita de contrato com o cliente** - A NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, estabelece um modelo que evidencia se os critérios para a contabilização foram satisfeitos observando as seguintes etapas: (i) a identificação do contrato com o cliente; (ii) a identificação das obrigações de desempenho; (iii) a determinação do preço da transação; (iv) a alocação do preço da transação; e (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando esses aspectos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa da Companhia e de sua controlada receberem pela contrapartida dos produtos oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os tributos, abatimentos, descontos e devoluções. A Companhia e sua controlada avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos a seguir devem também ser satisfeitos antes do reconhecimento de receita: Venda de produtos e mercadorias - A receita de venda de produtos é reconhecida quando a obrigação de desempenho for satisfeita, ou seja, quando houver a transferência física dos produtos vendidos e o cliente obtiver o controle desses bens, o que, geralmente ocorre no momento da entrega dos produtos. A Companhia e sua controlada consideram se há outras promessas no contrato com o cliente que são obrigações de desempenho distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisaria ser alocada (exemplos dessas obrigações de desempenho distintas seriam garantias, pontos de fidelização do cliente, entre outras, às quais não se aplicam ao modelo de negócios da Companhia e de sua controlada). Ao determinar o preço de transação para a venda de produtos a Companhia e sua controlada consideram, quando aplicável, os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente. Contraprestação variável - Acréscimos e penalidades por atraso - A Companhia e sua controlada cobram de seus clientes acréscimos e penalidades por atrasos na liquidação do valor a receber sobre as vendas. Devido ao grau de incerteza no recebimento desses montantes (contraprestação variável), a Companhia e sua controlada reconhecem as receitas de acréscimos e penalidades por atraso apenas no momento do recebimento efetivo de tais valores como receitas financeiras. Descontos por volume e pontualidade no pagamento - A Companhia e sua controlada oferecem descontos por pontualidade no pagamento e por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os descontos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia e sua controlada aplicam o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume e para os contratos que preveem descontos por pontualidade no pagamento. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia e suas controladas aplicam os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece uma provisão redutora no contas a receber de clientes para os descontos futuros esperados. Receita de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "receita financeira" na demonstração do resultado. **3.2. Ativos e passivos sujeitos a atualização monetária e variação cambial** - Os ativos e passivos em Reais e sujeitos à indexação contratual, legal ou cambial são atualizados nas datas dos balanços pela aplicação do correspondente índice. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias e cambiais são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. **3.3. Impostos sobre vendas** - Imposto de renda e contribuição social - correntes - Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas. O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido da Companhia e de sua controlada se referem às diferenças temporárias, ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social. Impostos diferidos de ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas. Impostos diferidos de ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que se espera que seja aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos de ativos e passivos são apresentados líquidos caso exista um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária. Impostos sobre vendas - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando: • os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais,

hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • os valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **3.4. Subvenções governamentais** - Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado redutoras dos respectivos impostos, quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício serão cumpridas pela Companhia e/ou sua controlada. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. A Alvoar Nordeste é beneficiária das seguintes subvenções governamentais: Estadual - ICMS - (i) A controlada da Companhia possui incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Estado do Ceará, através do FDU/PROVIN para a unidade industrial localizada na cidade de Morada Nova, cujo benefício possibilita diferimento de 36 meses de 75% do valor do ICMS efetivamente recolhido pela controlada em cada mês, até 2032. Do total diferido, a controlada tem direito a 99% de desconto quando o pagamento é feito sem atraso. O benefício também concede diferimento de 90% do ICMS a ser pago na importação de matéria-prima. (ii) A controlada da Companhia também possui incentivos fiscais concedidos pelo Estado de Pernambuco, através do PRODEPE para a unidade industrial localizada na cidade de Pedra, cujo benefício gera um crédito presumido de 90% sobre o saldo devedor mensal de ICMS até 2032. (iii) Já no Estado de Sergipe a controlada da Companhia também possui incentivos fiscais, concedidos pelo Governo Estadual, através do PSDI para sua unidade industrial localizada na cidade de Nossa Sra da Glória, cujo benefício gera uma redução de 93,8% no saldo devedor mensal de ICMS até agosto de 2032. (iv) No Estado da Bahia a controlada da Companhia também possui o incentivo do Desenvolve, no qual é relativo ao diferimento do ICMS em situações específicas em 90% do saldo devedor. Dilação de prazo de 72 meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado. Federal - IRPJ - A controlada da Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de novas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"). O valor das subvenções para investimento recebidas da União é determinado a partir do lucro da exploração gerado por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de projetos de investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pela Sudene, no âmbito da política nacional de fomento ao desenvolvimento regional. O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada lucro da exploração. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real. **3.5. Instrumentos financeiros** - Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração - Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e de sua controlada para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas tenham aplicado o expediente prático, a Companhia e sua controlada inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e sua controlada tenham aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com a NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia e de sua controlada que tem como objetivo administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); ou (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A categoria ativos financeiros ao custo amortizado é a mais relevante para a Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia e de sua controlada ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. Aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa estão apresentadas ao seu valor justo corrigidos pelos indicadores vigentes em cada aplicação. Desreconhecimento - Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram. A Companhia e sua controlada transferem seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - A Companhia e sua controlada reconhecem uma provisão para perdas esperadas para todos os instrumentos financeiros não registrados pelo valor justo por meio do resultado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Administração da Companhia não identificou eventos ou mudanças nas circunstâncias internas e externas, que indiquem que o valor contábil dos ativos não financeiros sofreu perda no seu valor recuperável. Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração - No reconhecimento inicial os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Para os passivos financeiros que não sejam registrados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e de sua controlada incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e contas a pagar a partes relacionadas e são classificados na categoria de passivos financeiros ao custo amortizado. Mensuração subsequente - Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros da Companhia e de sua controlada são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva (quando estão sujeitos a juros). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Desreconhecimento - Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e sua controlada consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos a contar da data da contratação. **3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos** - Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e somente registrado se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. O ajuste a valor presente relativo às operações de compra de matérias-primas e outros materiais para produção é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoque". Sua reversão é registrada no custo dos produtos vendidos de acordo com a venda dos estoques e despesas financeiras com fruição dos prazos de pagamentos com fornecedores. O ajuste a valor presente das operações de venda de produtos tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes". Sua realização é registrada na rubrica "receitas financeiras" pela fruição de prazo dos recebíveis. **3.7. Imobilizado** - O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e sua controlada reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo imobilizado, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 15. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.8. Ativos intangíveis** - Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. A Administração da Companhia e sua controlada revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída a provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases cumulativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou quando não há contrato de venda firme com base no preço de mercado de um mercado ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura - Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil no nível da unidade geradora de caixa. **3.9. Estoques** - Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio. Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas. **3.10. Provisões** - Provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e sua controlada esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para contingências - Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. **3.11. Arrendamentos** - A Companhia e sua controlada avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Aplica-se uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para curto prazo e de baixo valor. **3.12. Direito de uso** - A Companhia e sua controlada reconhecem o direito de uso do ativo ao longo do prazo de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: **Taxas médias ponderadas de depreciação (ao**

(ano) Veículos...50%; Imóveis...7% a 10%; Máquinas e equipamentos...10% a 50%. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ou sua controlada ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução do valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução do valor recuperável de ativos não financeiros na nota. Na data de início do arrendamento, a Companhia e sua controlada reconhecem o passivo de arrendamento mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de período de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e sua controlada, bem como pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e sua controlada exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e sua controlada usam a sua taxa incremental de empréstimo na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. A Companhia e sua controlada aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). A concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor também é aplicada aos arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **4. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente** - O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2022. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e sua controlada. Os respectivos impactos são apresentados a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19 Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) - Combinação de negócios, CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 - Ativo imobilizado, CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 38 - Instrumentos financeiros. A partir de 01 de janeiro de 2023 e 2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e sua controlada:	Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020: Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts - Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11). Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 - Contratos de seguro; CPC 15 (R1) - Combinação de negócios; CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária; CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 - Ativo imobilizado; CPC 32 - Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) - Instrumentos financeiros; evidênciação; CPC 37 - Receita de contrato com cliente; e CPC 39 - Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	IFRS 17	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia e sua controlada. Sem impactos relevantes.
	Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction	01.03.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1)-Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) - Ativo intangível; CPC 15 (R1) - Combinação de negócios; CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 - Ativo imobilizado; CPC 28 - Propriedade para investimento; CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 - Instrumentos financeiros; apresentação; CPC 30 (R1) - Instrumentos financeiros; evidênciação; CPC 37 - Receita de contrato com cliente; CPC 38 - Instrumentos financeiros; e CPC 50 - Contratos de seguro. Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de sale and leaseback. CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis	IFRS 9 e IFRS 17	03.11.2022	01.01.2023	Não aplicável à Companhia e sua controlada.
	Classification of Liabilities as Current or Non-current	Emissão a nível de IASB 01.03.2022	01.01.2024	Não aplicável à Companhia. Sem impactos relevantes.

5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

5.1. Instrumentos financeiros - Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados: (i) ao valor justo por meio do resultado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) ao custo amortizado. A Companhia e sua controlada consideraram dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e sua controlada não possuem ativos classificados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação desses ativos financeiros são registrados como despesas no resultado. Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e sua controlada tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **Passivos financeiros** - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados: (i) ao custo amortizado ou (ii) ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. A seguir, estão apresentados os saldos dos instrumentos financeiros, por categoria, inclusive nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Nível	Controladora	Conso-lidado
31/12/22	31/12/21	31/12/22
Custo amortizado		
Ativos		
Aplicações financeiras vinculadas	-	- 3.570
Contas a receber	- 324.007	222.724 454.111
Empréstimos para partes relacionadas	-	- 12.645
Passivos		
Fornecedores	- 203.652	167.372 388.196
Empréstimos e financiamentos	- 644.241	634.875 966.112
Obrigações com arrendamento	- 66.225	72.926 109.243
Valor justo		
Ativos		
Instrumentos financeiros derivativos	2 3.077	3.724 3.077
Passivos		
Instrumentos financeiros derivativos	2 -	846 4.341

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia diferença significativa entre os valores contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada. **5.2. Gerenciamento de riscos** - No curso normal de seus negócios, a Companhia e sua controlada estão expostas a diversos riscos financeiros, de mercado (relacionados à flutuação das taxas de juros e va-

riações cambiais), de crédito (oriundo de suas vendas a prazo) e de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia e sua controlada concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, através da utilização de instrumentos de proteção. A Companhia e sua controlada possuem e segue política de gerenciamento de riscos que visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia e sua controlada possam atingir suas metas estratégicas. A Companhia e sua controlada utiliza instrumentos financeiros, integralmente reconhecidos em sua contabilidade, sem caráter especulativo e cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segura (a) **Riscos de crédito** - A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de crédito, principalmente de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras. A Companhia e sua controlada possuem uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais compatíveis com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos. A determinação do limite ocorre por meio de análise de crédito, considerando: (i) informações cadastrais; (ii) informações econômico-financeiras; (iii) histórico de compras e pagamentos; (iv) informações restritivas de mercado; e (v) garantias. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a realização de análise técnica rigorosa na concessão de crédito e estabelecimento de limites de crédito aos clientes, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seus recebíveis. A Companhia e sua controlada apresenta sua carteira de recebíveis pulverizada, não havendo, portanto, concentração de valores. A Companhia e sua controlada também está sujeita ao risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e, para mitigar tais riscos, diversifica sua exposição entre instituições financeiras de primeira linha. (b) **Riscos de liquidez** - É o risco de a Companhia e sua controlada não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia e sua controlada advêm da aquisição de matéria-prima, amortização do seu endividamento, pagamento de tributos e outros desembolsos operacionais. As principais fontes de recursos financeiros utilizadas pela Companhia e sua controlada residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos e de empréstimos captados junto a bancos locais. Somam-se a este montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa. A Companhia e sua controlada financiam o capital de giro assumindo dívidas de curto e longo prazos, normalmente relacionadas ao fluxo comercial. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos estão apresentados na nota explicativa 18. (c) **Risco de mercado** - O risco de mercado está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. - **Risco de taxa de juros** - Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos captados no mercado e indexados a taxas de juros variáveis (CDI e TJLP). A Companhia e sua controlada analisam sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes. Com base nesses cenários a empresa define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Análise de sensibilidade: A Companhia e sua controlada efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos (deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável), considerando como cenário provável para os próximos 12 meses uma taxa média

de CDI de 12,25%, conforme informações do Boletim Focus emitido pelo Banco Central do Brasil, ante a taxa efetiva anualizada de 13,65% verificada no ano de 2022.

Descrição	Controladora	Conso-lidado
	Cenários	
	Deterio-ração	Deterio-ração
	Provável	de 25% de 50%
Divida líquida em 31 de dezembro de 2022 CDI (nota 5.3)	401.751	401.751 401.751
Taxa média anual do CDI:		
- Efetiva verificada em 2022	13,65%	13,65% 13,65%
- Estimada conforme cenários previstos	12,25%	15,31% 18,38%
Efeito nas despesas financeiras sujeitas a variações do CDI:		
- Conforme taxa efetiva de 2022	54.839	54.839 54.839
- Conforme cenários	49.214	61.508 73.842

Aumento nas despesas financeiras para os próximos doze meses

Descrição	Controladora	Conso-lidado
	Cenários	
	Deterio-ração	Deterio-ração
	Provável	de 25% de 50%
Divida líquida em 31 de dezembro de 2022 TJLP (nota 5.3)	38.800	38.800 38.800
Taxa média anual do TJLP:		
- Efetiva verificada em 2022	7,20%	7,20% 7,20%
- Estimada conforme cenários previstos	7,04%	8,80% 10,56%
Efeito nas despesas financeiras sujeitas a variações do TJLP:		
- Conforme taxa efetiva de 2022	2.794	2.794 2.794
- Conforme cenários	2.732	3.414 4.097

Aumento nas despesas financeiras para os próximos doze meses

Descrição	Controladora	Conso-lidado
	Cenários	
	Deterio-ração	Deterio-ração
	Provável	de 25% de 50%
Divida líquida em 31 de dezembro de 2022 CDI (nota 5.3)	537.437	537.437 537.437
Taxa média anual do CDI:		
- Efetiva verificada em 2022	13,65%	13,65% 13,65%
- Estimada conforme cenários previstos	12,25%	15,31% 18,38%
Efeito nas despesas financeiras sujeitas a variações do CDI:		
- Conforme taxa efetiva de 2022	73.360	73.360 73.360
- Conforme cenários	65.836	82.282 98.781

Aumento nas despesas financeiras para os próximos doze meses

Descrição	Controladora	Conso-lidado
	Cenários	
	Deterio-ração	Deterio-ração
	Provável	de 25% de 50%
Divida líquida em 31 de dezembro de 2022 TLP (nota 5.3)	46.668	46.668 46.668
Taxa média anual do TLP:		
- Efetiva verificada em 2022	7,20%	7,20% 7,20%
- Estimada conforme cenários previstos	7,04%	8,80% 10,56%
Efeito nas despesas financeiras sujeitas a variações do TLP:		
- Conforme taxa efetiva de 2022	3.360	3.360 3.360
- Conforme cenários	3.285	4.107 4.928

Aumento nas despesas financeiras para os próximos doze meses

Descrição	Controladora	Conso-lidado
	Cenários	
	Deterio-ração	Deterio-ração
	Provável	de 25% de 50%
Divida líquida em 31 de dezembro de 2022 TLP (nota 5.3)	14.452	14.452 14.452
Taxa média anual do TLP:		
- Efetiva verificada em 2022	10,78%	10,78% 10,78%
- Estimada conforme cenários previstos	11,91%	14,89% 17,87%
Efeito nas despesas financeiras sujeitas a variações do TLP:		
- Conforme taxa efetiva de 2022	1.558	1.558 1.558
- Conforme cenários	1.721	2.152 2.582

Aumento nas despesas financeiras para os próximos doze meses

Descrição	Controladora	Conso-lidado
	Cenários	
	Deterio-ração	Deterio-ração
	Provável	de 25% de 50%
Divida líquida em 31 de dezembro de 2022 TLP (nota 5.3)	14.452	14.452 14.452
Taxa média anual do TLP:		
- Efetiva verificada em 2022	10,78%	10,78% 10,78%
- Estimada conforme cenários previstos	11,91%	14,89% 17,87%
Efeito nas despesas financeiras sujeitas a variações do TLP:		
- Conforme taxa efetiva de 2022	1.558	1.558 1.558
- Conforme cenários	1.721	2.152 2.582

Aumento nas despesas financeiras para os próximos doze meses

- **Risco de taxa de câmbio** - Uma vez que a Companhia e sua controlada possui passivos em moeda estrangeira, principalmente em dólar norte-americano, seus resultados podem ser afetados pela variação das taxas de câmbio. Para se proteger da variação cambial, a Companhia e sua controlada contrata operações de derivativos com finalidade de hedge. Considerando que os instrumentos financeiros derivativos contratados possuem as mesmas características dos respectivos empréstimos e financiamentos, o efeito de uma elevação cambial na dívida é compensado pela elevação do câmbio no ativo do derivativo. Em decorrência da baixa exposição cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e sua controlada entendem que os efeitos e riscos das taxas de câmbio são materiais para estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Os derivativos contratados são pontuais e específicos para tais operações. - **Risco de preço das commodities** - Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia e sua controlada pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Atualmente a Companhia e sua controlada não realizam operações de swap para compra de commodities uma vez que para o segmento de atuação não há uma alta exposição. **5.3. Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e possibilitar o desenvolvimento do negócio. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o seu nível de endividamento. A dívida líquida da Companhia e sua controlada para relação ajustada do capital ao final do exercício é:

Controladora	Conso-lidado
31/12/22	31/12/21
644.241	634.875 966.112
Empréstimos e financiamentos	
Instrumentos financeiros derivativos	
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(3.077) (2.878) 1.264
Divida líquida	(200.613) (131.351) (368.819)
Total do patrimônio líquido	440.551 500.646 598.557
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (%)	1.283.617 193.314 283.617
34%	259% 47%

6. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e sua controlada consideram como caixa e equivalentes de caixa, o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

Controladora	Conso-lidado
31/12/22	31/12/21
13.313	8.054 17.433
187.300	123.297 351.386
200.613	131.351 368.819

Caixa e bancos

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se a compromissadas, remuneradas à taxa média de 102% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), e Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") pós-fixados, remunerados à taxa média de 86% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (90,76% em 31 de dezembro de 2021) e estão destinadas à negociação imediata. O resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas. Essas operações são de curto prazo, possuem liquidez imediata, estão sujeitas a insignificante risco de perda de valor e são destinadas a suprir as necessidades de caixa para operações de curto prazo e, por essa razão são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

7. Aplicações financeiras vinculadasConsolidado

	31/12/22	31/12/21
Aplicações financeiras – não circulante	3.570	3.570

A controlada da Companhia possuía aplicações financeiras vinculadas, em 31 de dezembro de 2022, que correspondem a títulos de capitalização remunerados mensalmente pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança (TR), devendo ser mantidas até a quitação da respectiva transação. **8. Contas a receber** - As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas em contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes são ajustadas pelo seu valor presente somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. As perdas esperadas em contas a receber possuem como base de constituição a análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência, (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de impairment; e (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de impairment no encerramento do exercício.

Conso-lidado

31/12/22	31/12/21	31/12/22
322.234	207.745	462.730
6.646	17.415	6.646
(2.483)	-	(3.932)
(2.390)	(2.436)	(11.333)
324.007	222.724	454.111

(*) Em 31 de dezembro de 2021, o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização. Abaixo a Companhia e sua controlada apresentam a movimentação das perdas esperadas em contas a receber:

Controladora	Conso-lidado
2022	2021
(2.436)	(2.743) (2.436)
-	- (7.330)
(147)	(248) (1.760)
193	555 193
(2.390)	(2.436) (11.333)

Saldo no início do exercício

Historicamente a provisão reconhecida vem sendo suficiente para cobrir as perdas ao longo dos anos. Nos exercícios de 2022 e 2021, a Companhia e sua controlada reconheceram perdas esperadas em contas a receber referente aos títulos em cobrança judicial e duplicatas em cobrança, tendo em vista a expectativa de recebimento desses valores ser mínima.

Composição da carteira por idade de vencimento

Controladora	Conso-lidado
31/12/22	31/12/21
321.416	216.971 452.469
4.166	4.944 6.117
402	3.245 737
124	- 333
2.772	- 9.720
328.880	225.160 469.376

9. Estoques

- Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de produção com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A política de provisão para perdas de estoque considera as perdas esperadas com base na realização. Por conta disso, a Companhia e sua controlada classificam os seus estoques de baixo giro uma matriz de provisão que foi definida tendo como base: • Giro superior a 180 dias; • Não classificados como itens estratégicos.

Controladora	Conso-lidado
31/12/22	31/12/21
(333)	(197) (1.714)
(223)	(136) (2.448)
(556)	(333) (4.163)

Saldo no início do exercício

Provisão

Saldo no final do exercício

Controladora	Conso-lidado
31/12/22	31/12/21
128.187	97.733 213.526
11.128	14.381 49.480
6.846	7.161 23.756
21.015	20.238 59.216
13.771	13.019 36.201
19.390	34.341 21.269
581	965 581
(3.415)	- (4.469)
(556)	(333) (4.163)
196.947	187.505 395.397

10. Impostos a recuperar

Controladora	Conso-lidado
31/12/22	31/12/21
53.773	55.499 70.844
151.943	114.043 208.043
3.762	11.854 37.381
2.446	6.504 4.827
211.924	187.900 321.095

Circulante

Non circulante

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")

- O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados na unidade produtora da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada tem acumulado crédito de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS no curso normal das suas operações, bem como em decorrência das aquisições relevantes de itens do ativo imobilizado. **PIS e COFINS a compensar** - O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de leite cru resfriado (crédito presumido de 50% da alíquota) e de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação. Devido ao tratamento tributário aplicável em suas operações até o advento da Lei 13.135/15 em vigência a partir de outubro de 2015, a Companhia e sua controlada, acumularam, ao longo dos anos, créditos de PIS e COFINS. Referida lei, entre outras disposições, permite a compensação de créditos presumidos com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), bem como o ressarcimento em dinheiro do saldo excedente, o que vem possibilitando a utilização do saldo acumulado. Conforme entendimento da Súmula 411/ STJ e Resp repetitivo nº 1.035.847/RS

pedido de restituição junto ao estado, que já foi deferido. **Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar** - Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar. **Expectativa de realização** - Baseada na previsão de realizações das bases que deram origem aos impostos a recuperar, bem como nas projeções de resultados para os exercícios seguintes, a Companhia e sua controlada estima o seguinte cronograma de recuperação:

	Controladora	Consolidado
	31/12/22	31/12/21
2022	-	112.021
2023	123.556	42.762
2024	55.381	33.117
2025	32.987	-
	211.924	187.900

Consolidado:
Parte relacionada
Alvoar Látexos Nordeste S.A.
Jump Promoções Assessoria e Representações

Tipo de operação

Subsidiária

Prestação de serviços de assessoria

empresarial, participando de reuniões

executivas da Companhia e sua controlada

(Conselho de Administração/Comitês

Consultivos) e apoiando em estratégias

empresariais (plano de negócios, incentivos

tributários, entre outros).

Detentora da marca Betânia

Comercialização de leite in natura e

silagem que são adquiridos e utilizados

nos processos industriais.

Companhia não operacional, cujas

despesas referentes ao seu administrador

são absorvidas pela Alvoar

Empresa patrimonial da qual a Alvoar

Látexos Nordeste S.A. loca imóveis utilizados

em suas operações e pela administração.

Aluguel de prédio

Resultado:

Controladora

Consolidado

31/12/2022

31/12/2021

Receita

Alvoar Látexos Nordeste S.A.

Custos

Alvoar Látexos Nordeste S.A.

Alugueis:

FAMAG Participações Ltda.

Consultoria:

Jump Promoções Assessoria

e Representações

Materia prima:

Alvoar Látexos Nordeste S.A.

Total resultado

Controladora

Consolidado

31/12/2022

31/12/2021

Alvoar Látexos Nordeste S.A.

Empréstimos concedidos

- Partes relacionadas

Lebom Alimentos S.A.

Laticínios Betânia S.A.

Adiantamentos para compra de insumos

Alvoar Látexos Nordeste S.A.

Adiantamentos

Jump Promoções Assessoria

e Representações

Total ativo

Fornecedores

Alvoar Látexos Nordeste S.A.

Empréstimos tomados

- Partes relacionadas

Mútuo com acionistas

Laticínios Betânia S.A.

Total passivo

Os mútuos junto aos acionistas da Companhia e sua controlada estão sujeitos à atualização monetária, sendo os juros remuneratórios calculados mensalmente à taxa de 120% do CDI.

13. Investimentos - a) Composição dos investimentos

	Controladora	Mais valia	Participação %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício (i)	Resultado da equivalência patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022						
Alvoar Látexos Nordeste S.A.	100%	464.193	348.515	118.205	930.913	122.881
Outros	100%	-	103	-	103	-
	100%	464.193	348.618	118.205	931.016	122.881

(i) Resultado registrado após 28 de janeiro de 2022 (data de aquisição). b) Movimentações dos investimentos

	Controladora	Resultado da equivalência patrimonial
	Alvoar Látexos Nordeste S.A.	Outros investimentos
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	105
Aporte de controlada (nota 1.1)	810.000	-
Equivalência patrimonial	122.881	-
Amortização - Mais valia (i)	(1.968)	(1.968)
Outros	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	930.913	103

(i) A amortização da mais valia está sendo apresentada na demonstração do resultado do exercício na linha de equivalência patrimonial.

13.1. Informações da subsidiária

O resumo das principais informações financeiras da subsidiária integral da Companhia é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Circulante	631.368	473.835
Não circulante	522.611	215.951
Total	1.153.979	689.786

Receita líquida	1.967.617
Resultado bruto	439.387
Resultado antes do IR/CS	127.691
Lucro líquido	119.233

14. Direito de uso e obrigações com arrendamentos - A Companhia reconhece o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, bem como de operações com contratos que possuem características de arrendamento, ou seja, aquelas que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Os ativos e passivos reconhecidos são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos fixos de arrendamentos, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos que foi calculada em média de 10,7% ao ano, agrupados de forma geral por natureza de ativo e prazo contratual. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo de acordo com o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e depreciados ao longo do prazo do arrendamento, pelo método linear, sendo as taxas demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Instalações industriais	7%	7%
Máquinas e equipamentos	50%	30%
Imóveis	50%	30%
Veículos	50%	50%

A seguir são apresentadas as movimentações dos itens de ativo e de passivo em cada exercício:

Ativo de direito de uso de ativos arrendados

	Controladora	Consolidado
	Instalações industriais	Veículos
Em 31 de dezembro de 2020	79.823	208
Adição	-	1.447
Depreciação	(5.023)	(826)
Baixa	(1.945)	(26)
Em 31 de dezembro de 2021	72.855	803
Adição	4.628	-
Depreciação	(5.371)	(714)
Baixa	-	(27)
Em 31 de dezembro de 2022	72.112	62

	Controladora	Consolidado
	Instalações industriais	Veículos
Em 31 de dezembro de 2021	72.855	803
Aporte de controladas (nota 1.1)	-	-
Adição	4.628	-
Depreciação	(5.371)	(714)
Baixa	(27)	(27)
Em 31 de dezembro de 2022	72.112	62

Passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	72.926	72.926
Aporte de controladas (nota 1.1)	-	-
Reversão/novação de contratos	4.794	3.727
Pagamentos Principal	(284)	(1.989)
Pagamentos Juros	(11.211)	(7.535)
Juros apropriados	(5.964)	(8.293)
Saldo no final do exercício	56.225	72.926
Circulante	10.097	12.239
Não circulante	56.128	60.687

Os montantes mínimos a serem pagos, considerando contraprestações não descontadas, para o tempo remanescente dos arrendamentos contratados até 31 de dezembro de 2022 são como segue:

	Controladora	Consolidado
	2024	2025
Contraprestações	10.487	7.582
Juros embutidos	(4.811)	(4.416)
Saldo do passivo não circulante	5.676	3.166

11. Outros ativos

	Controladora	Consolidado
	31/12/22	31/12/21
Adiantamentos a fornecedores	5.264	5.249
Despesas pagas antecipadamente	8.662	7.593
Adiantamentos a funcionários	10.031	5.321
Outros	908	115
	24.865	18.278
	24.765	18.221
	100	57

12. Partes relacionadas

A Companhia e sua controlada celebram, no curso normal de seus negócios, operações com suas partes relacionadas, sendo as mais relevantes:

	Natureza da transação
Subsidiária	Subsidiária
Serviço de consultoria	Serviço de consultoria
Adiantamento para aquisição de marcas	Adiantamento para aquisição de marcas
Compra de leite in natura	Compra de leite in natura
Compra e venda de produtos industrializados	Compra e venda de produtos industrializados
Aluguel de prédio	Aluguel de prédio

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Receita	141.266	-
Alvoar Látexos Nordeste S.A.	-	-
Custos	(134.351)	-
Alvoar Látexos Nordeste S.A.	-	-
FAMAG Participações Ltda.	-	(825)
Consultoria:	-	-
Jump Promoções Assessoria e Representações	-	(277)
Materia prima:	-	-
Alvoar Látexos Nordeste S.A.	-	(13.321)
Total resultado	6.915	(14.423)

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são oriundos de transações acordadas entre as partes e devem ser liquidados dentro de 12 meses da data do balanço. Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

Remuneração da Administração:

	Controladora	Consolidado
	31/12/22	31/12/21
Remuneração	3.284	8.802
Incentivo de longo prazo – ILP	-	1.116
	3.284	8.802

Em Assembleia Geral Extraordinária da Alvoar Nordeste S.A. realizada em 4 de junho de 2019, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), cujo objetivo era (i) promover a criação de valor no longo prazo; (ii) assegurar o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos, fomentando retornos sustentáveis à comunidade, meio ambiente, colaboradores e parceiros; (iii) reforçar uma cultura meritocrática de alta performance; e (iv) preservar a capacidade de atrair, reter e motivar os melhores talentos de mercado. Em decorrência da combinação de negócios descrita na nota 1.1, o plano foi liquidado antecipadamente em caixa em 2022. A Companhia e sua controlada não possuem outros benefícios pós emprego ou remunerações baseadas em ações.

	2024	2025	2026	2027	Acima de 2028	Total
Contraprestações	21.120	17.879	17.784	16.780	94.854	168.417
Juros embutidos	(10.164)	(9.111)	(8.102)	-7.043	-40.117	(74.537)
Saldo do passivo não circulante	10.956	8.768	9.682	9.737	54.737	93.880

Na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, a Companhia procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, em atendimento ao critério estabelecido pelo CPC 06 (R2). Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº02/2019, apresentamos os saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do passivo de arrendamento, do ativo de direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Controladora	31/12/22		
	Fluxo nominal	Fluxo com inflação	%
Ativo de direito de uso, líquido	73.682	76.530	3,87%
Passivo de arrendamento	66.225	68.784	3,87%
Despesas de depreciação	7.018	7.289	3,87%
Despesas financeiras	5.964	6.194	3,87%

Consolidado	31/12/22		
	Fluxo nominal	Fluxo com inflação	%
Ativo de direito de uso, líquido	118.620	119.320	3,87%
Passivo de arrendamento	109.243	109.242	3,87%
Despesas de depreciação	13.744	14.275	3,87%
Despesas financeiras	9.598	9.968	3,87%

15. Imobilizado - São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e sua controlada reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, sendo as taxas demonstradas abaixo:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Máquinas e equipamentos	5%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Veículos	20%
Edifícios e benfeitorias	4%
Instalações	5%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A movimentação do custo, da depreciação acumulada e do valor contábil líquido do imobilizado, em cada um dos exercícios, é apresentada a seguir:

	Controladora	Fluxo nominal	Fluxo com inflação	%
	Edifícios e benfeitorias	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos
Em 31/12/2020	11.145	75.575	8.623	4.456
Adições	1.024	3.076	1.617	915
Depreciação	-	(4.444)	(826)	(887)
Baixas	-	(10)	-	(19)
Transferências	29	881	1.722	189
Em 31/12/2021	12.198	75.078	11.136	4.654
Adições	823	629	327	1.575
Depreciação	-	(4.555)	(1.037)	(975)
Baixas	-	(505)	(5)	(157)
Transferências	-	2.371	3.127	3.234
Em 31/12/2022	13.021	73.018	13.548	5.097

	Controladora	Fluxo nominal	Fluxo com inflação	%
	Edifícios e benfeitorias	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos
Em 31/12/2021	12.198	75.078	11.136	4.654
Aporte de controladas (nota 1.1)	15.024	24.346	19.153	730
Adições	823	633	352	1.688
Depreciação	-	(7.055)	(17.815)	(1.114)
Baixas	-	(541)	(151)	(157)
Transferências	2.000	46.705	76.901	362
Em 31/12/2022	30.045	139.166	89.576	6.163

A rubrica de imobilizado em andamento contempla os valores alocados a itens de imobilizado em construção ou em processo de montagem e instalação. A Companhia e sua controlada não possui ativos imobilizados retirados das operações e separados, como também não possui ativos temporariamente paralisados. Provisão para redução no valor recuperável - De acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, a Companhia e sua controlada devem avaliar o valor recuperável sempre que tiver indicações de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. Não há indícios para registro de provisão para redução no valor recuperável em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Capitalização de juros - Em 2022, a controlada da Companhia capitalizou juros no montante de R\$7.352 (R\$11.192 em 2021 e R\$5.334 em 2020). Bens dados em garantia - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$ 86.230 em bens dados como garantia (R\$99.806 em 31 de dezembro de 2021), conforme mencionado na nota 18. **Intangível** - A prática contábil adotada pela Companhia e sua controlada é de registrar os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, ao custo deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de 5 anos, sendo a despesa alocada nas rubricas "custos", "despesas com vendas" e "despesas gerais, administrativas e outras", na demonstração do resultado do exercício, conforme sua natureza e alocação. A movimentação do custo, da amortização acumulada e do valor contábil líquido do intangível, em cada um dos exercícios, é apresentada a seguir:

	Controladora	Fluxo nominal	Fluxo com inflação	%
	Edifícios e benfeitorias	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos
Em 31/12/2021	12.198	75.078	11.136	4.654
Aporte de controladas (nota 1.1)	15.024	24.346	19.153	730
Adições	823	633	352	1.688
Depreciação	-	(7.055)	(17.815)	(1.114)
Baixas	-	(541)	(151)	(157)
Transferências	2.000	46.705	76.901	362
Em 31/12/2022	30.045	139.166	89.576	6.163

(i) Os valores residuais de transferências referem-se às reclassificações entre o intangível e imobilizado. A Administração da Companhia e sua controlada revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída a provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Não foram identificados indicativos de perda do valor recuperável dos ativos registrados. a) Teste de redução ao valor recuperável do ativo - A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2022 a recuperação do valor contábil do ativo, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado à unidade geradora de caixa que deu origem ao respectivo ativo, neste caso a Alvoar Nordeste S.A.. O valor recuperável da unidade geradora de caixa foi de R\$ 810.000 em 31 de dezembro de 2022, e o valor contábil da unidade geradora de caixa era de R\$118.205 em 31 de dezembro de 2022. O valor recuperável da unidade geradora de caixa foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa aprovadas pela administração ao longo de cinco anos mais perpetuidade. O fluxo de caixa projetado foi sensibilizado com as melhores estimativas de volume, baseada nas previsões de crescimento da economia da região, na participação de mercado das marcas da companhia e na tendência do consumo de seus produtos e do histórico. No longo prazo, esses itens foram ajustados em consonância com a inflação projetada e crescimento do PIB. No que se refere às despesas operacionais, essas foram divididas em fixas e variáveis, em que as primeiras foram objetos de variação pela inflação projetada enquanto as variáveis sofrem o efeito da inflação e variação de volume. Em 31 de dezembro de 2022, a taxa de desconto antes dos impostos aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 15,11% e os fluxos de caixa que excedem o período de dez anos não foram extrapolados. Não foi identificada perda por redução ao valor recuperável como resultado dessa análise. b) Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso - O cálculo do valor em uso tanto para a unidade geradora de caixa é mais sensível às seguintes premissas: Receita de vendas - Previsão dos reajustes dos preços das mercadorias vendidas ocorrem em linha com a estimativa da inflação geral. As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável estão de acordo com as projeções internas para o período de 10 anos e após esse período não foi aplicado extrapolação de perpetuidade. Margens brutas - As margens brutas são calculadas com base no planejamento da Companhia e sua controlada. As margens foram consideradas de acordo com o histórico sem aplicar ganhos de eficiência. Inflação de preços e Crescimento Macroeconômico - As estimativas são obtidas a partir do relatório Focus do Banco Central com projeções entre 2023 e 2026 (Inflação, PIB, Juros e Câmbio). Para os demais períodos foi assumida como premissa a média verificada no período 2023 a 2026 base Focus. Premissas de participação no mercado - Foi considerada a manutenção das participações de mercado conforme dados históricos, sem assumir premissa de crescimento de market share em relação aos seus concorrentes e o reflexo disso no plano financeiro. c) Estimativas de taxas de crescimento - As taxas são baseadas em pesquisas e estudos publicados pelo Banco Central - Focus. d) Sensibilidade a mudanças nas premissas - No que se refere à avaliação do valor em uso da referida unidade geradora de caixa, estima-se que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder seu montante recuperável. A companhia realizou

na combinação de negócios. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a leitura dos documentos que formalizaram a operação, e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle acionário da Companhia e sua controlada adquirida, e a determinação do valor justo da contraprestação transferida; (ii) análise das informações financeiras da Companhia e sua controlada adquirida e discussão com a Administração acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e exame dos saldos contábeis significativos das adquiridas; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio de nossos especialistas em modelos de valorização, analisamos as premissas e metodologia utilizadas pela administração da Companhia e sua controlada, relacionadas à mensuração dos valores justos e alocações, na data da aquisição, aos ativos adquiridos e passivos assumidos; (v) revisão dos relatórios das diligências ("due diligences") conduzidas pela Companhia e sua controlada, com auxílio de especialistas externos; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia e sua controlada em relação ao tema. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento dos efeitos contábeis das combinações de negócios e suas respectivas divulgações, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas aplicadas sobre as combinações de negócios pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos** - Demonstrações do valor adicionado - A demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao período de 01 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e sua controlada, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Auditoria dos valores correspondentes - As demonstrações financeiras individuais da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 24 de maio de 2023, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e sua controlada continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. · Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. · Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. · Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional. · Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Fortaleza, 31 de maio de 2023. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC - CE-001042/F - Carlos Santos Mota Filho - Contador CRC PE 020.728/O.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6A19-94A6-7F85-EEA4> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6A19-94A6-7F85-EEA4



Hash do Documento

ie8qWPFLo6TnJoTBW+WSD5whGaYpVi7QoOo5/H6mfJg=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 12/06/2023 é(são) :

☒ Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 12/06/2023 22:37 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

